



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

**CONCURSO PÚBLICO N.º 2/GSR/2025 PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE
“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS AÉREAS, ALOJAMENTO E SERVIÇOS DE
RENT-A-CAR PARA O ANO DE 2026 - SRMP”**

**AO ABRIGO DO REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES, APROVADO PELO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 27/2015/A, DE 29
DE DEZEMBRO, E DO DISPOSTO NO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, APROVADO
PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO**

VOLUME I - PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

NOVEMBRO 2025



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Objeto do Procedimento	3
Entidade Adjudicante	3
Escolha do procedimento	3
Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Disponibilização e acesso ao procedimento	4
Preço base do concurso, prazo de execução e peças que instruem o processo do concurso	4
Esclarecimentos e retificações relativos às peças do procedimento	5
Erros e omissões do caderno de encargos	5
Idioma.....	6
Contagem dos prazos.....	6
Concorrentes	6
Proposta e documentos da proposta	7
Indicação dos preços das propostas.....	8
Propostas Variantes	8
Negociação.....	8
Prazo para apresentação da proposta	8
Modo de apresentação das propostas	8
Prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas	9
Prazo de manutenção das propostas.....	9
Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	9
Esclarecimentos e suprimento de propostas.....	10
Critério de adjudicação	10
Avaliação das Propostas	12
Documentos de habilitação	13
Prazo de apresentação dos documentos de habilitação e supressão de irregularidades	13
Caução	13
Redução do contrato a escrito	14
Despesas.....	14
Fiscalização Prémia.....	14
Legislação aplicável.....	14
ANEXO I	15
ANEXO II	17
ANEXO III	19
ANEXO IV.....	20



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Cláusula 1.^a

Objeto do Procedimento

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de passagens aéreas e alojamento para o ano de 2026, em território regional, nacional e no estrangeiro, em regime de fornecimento contínuo para a Secretaria Regional do Mar e das Pescas (SRMP) (“Centro Comum do Gabinete do Secretário Regional” e “Centro Comum da Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos (IRP)”), a que acresce a prestação de serviços de rent-a-car, para o Gabinete do Secretário e para a realização de ações inspetivas da IRP na Região Autónoma dos Açores (RAA), com o CPV - 63510000-7 Serviços de agências de viagens e serviços similares.

Cláusula 2.^a

Entidade Adjudicante

1. A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, pessoa coletiva com o número 600 086 402, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:

- Morada: Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã, 9900-014 Horta;
- Telefone: 292 202 400;
- Fax: 292 240 890;
- Correio eletrónico: info.srmp@azores.gov.pt ;
- Plataforma eletrónica ACINGOV, disponibilizada em <https://www.acingov.pt>.

2. As comunicações destinadas à entidade adjudicante e ao júri do procedimento, no âmbito do procedimento em questão, devem ser interpostas na plataforma contratualizada pela SRMP– ACINGOV, com endereço identificado em 2.1.

Cláusula 3.^a

Escolha do procedimento

Nos termos das alíneas b) do n.º 1 e e) do n.º 2 do artigo 14.º, bem comoda alínea b) do artigo 20.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua redação atual, o procedimento de formação do contrato é o **Concurso Público, sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia**.

Cláusula 4.^a

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada por Sua Ex.^a o Secretário Regional do Mar e das Pescas, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A de 30 de dezembro.
2. Sem prejuízo de subdelegação de competências, o Senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas é o órgão competente para praticar todos os atos que, nos termos do presente Programa do Procedimento, incumbam à entidade adjudicante.
3. Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP, indica-se:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

a. Por despacho de Sua Exa. o Secretário Regional do Mar e das Pescas, de 24 de novembro de 2025 foi autorizada a prestação de serviços, nos termos do n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 45-A/2025, de 31 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 12/2025/1, de 12 de fevereiro.

b. Por despacho do senhor Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, de 26 de novembro de 2025, constante na etapa 13 do SGC60/2025/9270, ao abrigo das competências delegadas pelo Despacho n.º 705/2024, de 15 de abril, foi autorizada a assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2026.

Cláusula 5.ª

Disponibilização e acesso ao procedimento

1. As peças do procedimento encontram-se disponíveis no endereço indicado na cláusula 2.1, desde o envio para publicação do anúncio do procedimento, onde podem ser consultadas pelos interessados entre as 9:00 e as 12:30 e as 14:00 e as 17:00 horas de cada dia útil, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente, a partir da data da publicação do anúncio, a todos os interessados que se registem na plataforma eletrónica ACINGOV, no seguinte endereço: www.acingov.pt.

3. A plataforma eletrónica ACINGOV, garante o acesso exclusivo dos interessados às peças do procedimento, aos esclarecimentos e comunicações na fase prévia à apresentação das propostas.

4. O acesso aos documentos referidos no número anterior não se encontra dependente de qualquer pagamento.

5. A título meramente de divulgação e consulta prévia, sem custos, podem ser disponibilizadas as peças, por meio eletrónico, por solicitação para os contactos identificados no número 2.1.

Cláusula 6.ª

Preço base do concurso, prazo de execução e peças que instruem o processo do concurso

1. O preço base do presente procedimento é de **70.000,00 € (setenta mil euros)**, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

2. A prestação de serviços tem um prazo de execução de 365 dias, estimado entre 1 de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2026, após a assinatura do contrato e respetiva publicação no Portal Base ou da data em que o contraente público comunique ao cocontratante, através de documento escrito, que se inicia o prazo para execução do contrato, caso esta última data seja posterior, mas nunca superior a trinta dias.

3. O contrato caduca automaticamente faturados e pagos os serviços prestados até ao limite do preço contratual, ou assim que seja atingido o limite do prazo previsto no n.º 2.

4. Caso o preço contratual não tenha sido atingido até ao final do prazo previsto no n.º 2, e estando a decorrer novo procedimento, o contraente público pode autorizar a prorrogação do prazo de execução do contrato pelo tempo estritamente necessário à conclusão do novo procedimento.

5. O prazo não se suspende aos sábados, domingos e feriados, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 471.º do CCP.

6. O procedimento é constituído pelos anúncios, por este Programa e seus anexos e pelo Caderno de Encargos e seus anexos.

Cláusula 7.^a

Esclarecimentos e retificações relativos às peças do procedimento

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos a quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, por escrito, à entidade adjudicante, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV.
2. Os esclarecimentos a que se referem o número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da referida plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante pode proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
4. Os esclarecimentos e retificações referidos nos números anteriores são sempre juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto através da plataforma ACINGOV.
5. A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista no n.º 2, desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância no prazo previsto no n.º 1, obriga à prorrogação do prazo para entrega das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
6. A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.
7. Os esclarecimentos e retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 8.^a

Erros e omissões do caderno de encargos

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar por escrito à entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica ACINGOV, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados e que digam respeito a:
 - a. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
2. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudesse ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
4. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no n.º 3.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, no mesmo prazo referido no n.º 3, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. As listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto através da plataforma ACINGOV.

Cláusula 9.^a

Idioma

1. Todos os documentos imputáveis aos concorrentes, no âmbito do presente procedimento, devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
2. Excetuam-se do previsto no número anterior outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, os quais podem ser redigidos em inglês.

Cláusula 10.^a

Contagem dos prazos

1. Os prazos estabelecidos no presente programa do procedimento contam-se nos termos do artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, com exceção do disposto no número seguinte, e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.
2. Os prazos fixados para a apresentação de propostas, são contínuos, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Cláusula 11.^a

Concorrentes

1. Podem apresentar proposta as pessoas, singulares ou coletivas, incluindo os agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da proposta.
2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas nas alíneas do n.º 1 do artigo 33.º do RJCPRAA.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

3. Todos os membros que compõem um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta, e pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária (Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho), devendo transmitir à entidade adjudicante a identificação da chefia do consórcio.

Cláusula 12.^a

Proposta e documentos da proposta

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - 1.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do RJCPRAA, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo I do presente Programa do Procedimento, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar os concorrentes ou, no caso de agrupamento, pelo representante comum, se tiver havido designação ou, não existindo este, por todas as pessoas com poderes para obrigar todas as entidades que o compõem.
 - 1.2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente:
 - a) Proposta de preço, prazo de execução que inclua assistência técnica elaborada em conformidade com o Anexo II do presente Programa de Procedimento.
 - 1.3. Documentos que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução não submetidos à concorrência, contenham os termos ou condições aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, a saber:
 - a) Comprovativo de registo no Registo Nacional das Agências de Viagens e Turismo (RNAVT);
 - b) Declaração comprovativa de acesso a um sistema de distribuição global (GDS – Global Distribution System);
 - c) Comprovativo de acreditação pela International Air Transport Association (IATA);
 - d) Certidão de Registo Comercial ou Código de acesso à Certidão Permanente.
 - 1.4. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
 2. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.
 3. Os documentos da proposta têm de ser assinados pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar os concorrentes. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante. No caso da proposta ser apresentada por agrupamento, tem de ser assinada pelo representante comum, se tiver havido designação ou, não existindo este, por todas as pessoas com poderes para obrigar todas as entidades que o compõem.

Cláusula 13.^a

Indicação dos preços das propostas

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. Sempre que, na proposta, sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Cláusula 14.^a

Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes e/ou com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.

Cláusula 15.^a

Negociação

As propostas apresentadas não são objeto de negociação.

Cláusula 16.^a

Prazo para apresentação da proposta

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica ACINGOV até às 23:59 horas, hora de Portugal Continental (UTC/GMT+0) do 6.^º (sexta) dia consecutivo contado a partir da data do envio para publicação do anúncio previsto no artigo 27.^º do RJCRAA.

Cláusula 17.^a

Modo de apresentação das propostas

1. As propostas são apresentadas diretamente na plataforma eletrónica contratualizada pela SRMP – ACINGOV, com endereço identificado na cláusula 2.^a.
2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica ACINGOV, devem ser assinados individualmente com recurso a certificado qualificado de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.^º da Lei n.^º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato “ZIP” ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei essa forma a força probatória de documento particular assinado.
5. Nos termos do disposto nos artigos 68.^º a 70.^º da Lei n.^º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como, preencher o formulário principal.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

6. Os títulos dos ficheiros das propostas a carregar na plataforma devem indicar a alínea da cláusula 12.^a do Programa de Procedimento a que respeitam.
7. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
8. As questões relativas à operacionalização das propostas ou outros documentos na plataforma eletrónica devem ser dirigidas à entidade gestora da mesma – ACINGOV.

Cláusula 18.^a

Prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.^º do CCP ou nas cláusulas 7.^a e 8.^a do presente programa sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões do Caderno de Encargos, referidas no artigo 50.^º do CCP ou na cláusula 8.^a do presente programa, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos pontos anteriores cabem à entidade adjudicante e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, e notificando-se todos os interessados, nos termos e com os efeitos previstos nas cláusulas 7.^a e 8.^a do presente programa.

Cláusula 19.^a

Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do termo fixado para a apresentação das mesmas.

Cláusula 20.^a

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma ACINGOV, no sítio www.acingov.pt.
2. Todas as propostas apresentadas poderão ser consultadas na referida plataforma de contratação pública, ACINGOV.


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

3. O interessado que não tenha sido incluído na lista das concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados a partir da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Cláusula 21.^a

Esclarecimentos e suprimento de propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das suas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou complementem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.
4. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados nos mesmos termos do previsto no n.º 2 da cláusula 7.^a, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto através da plataforma ACINGOV.

Cláusula 22.^a

Critério de adjudicação

1. A valoração das propostas será calculada através da seguinte fórmula:

$$VTSP = 65\% \times Pa + 35\% \times Ph$$

Em que:

VTSP = Pontuação obtida de acordo com a valorização do Valor da Taxa de Serviço Ponderado, proposto, de acordo com o disposto no n.º 2 da Cláusula 23.^a, que deve ser conjugado com o Anexo III do presente Programa;

Pa = Taxa de serviço proposta para transporte aéreo;

Ph = Taxa de serviço proposta para alojamento;

Para o efeito:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Pa = 90% x (60% x AER + 20% x AEN+ 20% x AEI) + 5% x (60% x AAR + 20% x AAN + 20% x AAI) + 5% x (60% x ACR + 20% x ACN + 20% x ACI)

Em que:

AER = Taxa de serviço proposta para emissão de bilhete de passagem aérea regional;

AEN= Taxa de serviço proposta para emissão de bilhete de passagem aérea nacional;

AEI = Taxa de serviço proposta para emissão de bilhete de passagem aérea internacional;

AAR = Taxa de serviço proposta para alteração de bilhete de passagem aérea regional;

AAN = Taxa de serviço proposta para alteração de bilhete de passagem aérea nacional;

AAI = Taxa de serviço proposta para alteração de bilhete de passagem aérea internacional;

ACR = Taxa de serviço proposta para cancelamento de bilhete de passagem aérea regional;

ACN = Taxa de serviço proposta para cancelamento bilhete de passagem aérea nacional;

ACI = Taxa de serviço proposta para cancelamento de bilhete de passagem aérea internacional;

Para o efeito:

Ph = 90% x (50% x HER + 35% x HEN + 15% x HEI) + 5% x (50% x HAR + 35% x HAN + 15% x HAI) + 5% x (50% x HCR + 35% x HCN + 15% x HCI)

Em que:

HER = Taxa de serviço proposta para emissão de voucher de hotel regional;

HEN = Taxa de serviço proposta para emissão de voucher de hotel nacional;

HEI = Taxa de serviço proposta para emissão de voucher de hotel internacional;

HAR = Taxa de serviço proposta para alteração de voucher de hotel regional;

HAN = Taxa de serviço proposta para alteração de voucher de hotel nacional;

HAI = Taxa de serviço proposta para alteração de voucher de hotel internacional;

HCR = Taxa de serviço proposta para cancelamento de voucher de hotel regional;

HCN = Taxa de serviço proposta para cancelamento de voucher de hotel nacional;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

HCI = Taxa de serviço proposta para cancelamento de voucher de hotel internacional;

2. São excluídos os concorrentes que não apresentem proposta de desconto e valores para todas as taxas de serviços identificadas.
3. A ordenação das propostas é feita pela melhor classificação obtida na avaliação das propostas, que pode ir de 1 a 100.
4. Em caso de empate na pontuação final das propostas, serão considerados como fatores de desempate os seguintes critérios pela ordem apresentada:
 - i. Mais baixa taxa de serviço proposto para emissão de bilhete de passagem aérea regional (valor);
 - ii. Mais baixa taxa de serviço proposto para emissão de bilhete de passagem aérea nacional (valor);
 - iii. Mais baixa taxa de serviço proposto para emissão de bilhete de passagem aérea internacional (valor).
5. Persistindo, mesmo assim, a igualdade, o ordenamento dos concorrentes, para efeitos de adjudicação, será feito com recuso a sorteio, notificado a todos os concorrentes.
6. O sorteio referido no número anterior é realizado com a presença de todos os concorrentes que se encontram na situação de empate, que para o efeito são convocados com 2 dias úteis de antecedência. No final do sorteio é lavrada ata que é assinada pelos concorrentes presentes e pelos membros do Júri. A ausência de algum dos concorrentes não determina o adiamento do sorteio. Quando seja apresentado requerimento na plataforma ACINGOV, os concorrentes podem acompanhar o sorteio por videoconferência, caso a mesma seja possível, sendo a entidade adjudicante alheia a qualquer questão técnica que impossibilite a visualização do mesmo. A ausência de resposta da entidade adjudicante ao requerido não constitui razão para adiamento do sorteio.
7. O sorteio é composto por tantas bolas quantas o número de propostas empatadas, acondicionadas em saco opaco. O número de cada proposta corresponde à ordenação de registo de submissão dessa proposta na plataforma ACINGOV, comunicada aos concorrentes no início do sorteio.
8. A retirada de bolas, por membro do júri, determina que: à primeira bola corresponde a ordenação em primeiro lugar da proposta respetiva, e as restantes bolas a sair dão continuidade à ordenação das restantes propostas.

Cláusula 23.^a

Avaliação das Propostas

1. A avaliação do mérito das propostas tem em consideração os fatores e respetivas ponderações, definidas no n.º 1 da Cláusula 22.^a.
2. A quantificação do mérito das propostas será realizada de forma linear e de acordo com a aplicação da seguinte fórmula matemática:

Pontuação de Taxa de Serviço (TS)		
L_{sup}	Limite superior da pontuação	100



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

L_{inf}	Limite inferior da pontuação	1
L_x	Valor da taxa Serviço Ponderada proposta (VTSP)	Variável
F_a	Maior VTSP ponderada considerável	50,00 €
F_b	Menor VTSP ponderada considerável	0,01 €
Avaliação do Factor Taxa de Serviço (TS) = $[L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (L_x - F_b)) / (F_a - F_b)]$ (Ponderação descrita no n.º 1 da Cláusula 22.)		

Cláusula 24.^a

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP:
 - a) Declaração a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA, emitida conforme modelo constante do Anexo IV do presente Programa do Procedimento;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, salvo se estiver registado no Portal de Fornecedores do Estado ([Iniciar Sessão | PNFE \(impic.pt\)](#)), devendo dar essa indicação à entidade adjudicante.
2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, aceitando-se, porém, que sejam apresentados em língua estrangeira quando a própria natureza ou origem assim o exigir desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada, sendo que a tradução prevalece para todos os efeitos sobre os originais em língua estrangeira.

Cláusula 25.^a

Prazo de apresentação dos documentos de habilitação e supressão de irregularidades

1. No prazo de 5 (cinco) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação solicitados na Cláusula 24.^a do presente procedimento através da plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV.
2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
3. Caso a entidade adjudicante detete alguma irregularidade nos documentos apresentados, o prazo para supressão das mesmas é de 5 (cinco) dias, a contar da respetiva notificação para o efeito.

Cláusula 26.^a

Caução

É inexigível a prestação de caução considerando que o preço contratual é inferior a 200.000,00 € (duzentos mil euros), nos termos do número 2 do artigo 43.º do RJCPRAA.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Cláusula 27.^a

Redução do contrato a escrito

1. O contrato é reduzido a escrito, nos termos do artigo 41.º do RJCPRAA, considerando que o procedimento adotado não foi o regime simplificado do ajuste direto e não se verificam os pressupostos da alínea b) do mesmo artigo.
2. Desde que comunicado pela entidade adjudicante, o contrato pode ser celebrado em suporte informático, nos termos do artigo 94.º do CCP, aplicando-se as disposições pertinentes do mesmo regime.
3. Até à data da celebração do contrato, através da plataforma, o Adjudicatário tem de depositar junto da Entidade Adjudicante, para cumprimento do n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o comprovativo da declaração validada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) e o respetivo código.

Cláusula 28.^a

Despesas

1. Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, constituem encargos dos concorrentes.
2. Todas as despesas relacionadas com a caução a prestar e com a redução do contrato a escrito, constituem encargo do adjudicatário.

Cláusula 29.^a

Fiscalização Prévia

O contrato não se encontra sujeito a fiscalização prévia da Seção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, porque o valor do contrato, isoladamente, não excede os 750.000,00 € e, em conjunto com outros que estejam ou aparentem estar relacionados entre si, não excede os 950.000,00 € nos termos do artigo 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Cláusula 30.^a

Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa de Procedimento aplica-se o disposto no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, , no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

ANEXO I

(a que se refere o n.º 1.1. da cláusula 12.ª do programa do procedimento e alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do RJCPRAA)

1 — _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) _____
- b) _____

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na redação atual, na alínea b) do nº 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

 i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

 ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

 iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

 iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

 v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;

 vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.

 j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

 k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta última norma, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local), _____ (data), _____ [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e no n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto no n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

(a que se refere a alínea a) do n.º 1.2 da cláusula 12.ª do programa do procedimento)

F(indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto da " AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS AÉREAS, ALOJAMENTO E SERVIÇOS DE RENT-A-CAR PARA O ANO DE 2026 – SRMP", a que se refere o Programa de de..., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa prestação de serviços, em conformidade com o caderno de encargos, pela quantia de (euros) (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, e em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, a faturar de acordo com a seguinte informação:

Fatores	Identificação dos fatores	Valor da Taxa de Serviço Ponderado (VTSP)	Valor Proposto €
Pa =Taxa de Serviço Proposta para Transporte Aéreo - 65,00%	Regional: Inter-ilhas, Emissão (AER)	50,00 €	O valor de taxa de serviço proposto deverá ser ≤ 50,00 € e ≥ 0,01 €
	Nacional: Emissão (AEN)	50,00 €	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Emissão (AEI)	50,00 €	
	Regional: Inter-ilhas, Alteração (AAR)	50,00 €	
	Nacional: Alteração (AAN)	50,00 €	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Alteração (AAI)	50,00 €	
	Regional: Inter-ilhas, Cancelamento (ACR)	50,00 €	
	Nacional: Cancelamento (ACN)	50,00 €	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Cancelamento (ACI)	50,00 €	
	Regional: Emissão (HER)	50,00 €	
Ph=Taxa de Serviço Proposta para Alojamento - 35,00%	Nacional: Emissão (HEN)	50,00 €	O valor de taxa de serviço proposto deverá ser ≤ 50,00 € e ≥ 0,01 €
	Internacional: Europa e Intercontinental, Emissão (HEI)	50,00 €	
	Regional: Alteração (HAR)	50,00 €	
	Nacional: Alteração (HAN)	50,00 €	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Alteração (HCR)	50,00 €	
	Regional: Cancelamento (HCR)	50,00 €	
	Nacional: Cancelamento (HCN)	50,00 €	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Cancelamento (HCl)	50,00 €	
		50,00 €	
		50,00 €	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Os valores apresentados correspondem ao preço máximo das taxas de prestação de serviços a aplicar, bem como ao valor a descontar em cada faturação da prestação de serviços efetuada.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura _____

ANEXO III

Tabela de Cálculo

(a que se refere o n.º 1 da cláusula 22.ª do Programa)

Fatores	Identificação dos fatores	Valor da Taxa de Serviço Ponderado (VTSP)	Fórmula de Cálculo	Ponderação	Pontuação
TS x 35% Pa = Taxa de Serviço Proposta para Transporte Aéreo - 65,00%	Regional: Inter-ilhas, Emissão (AER)	50,00 €	O valor de taxa de serviço proposto deverá ser $\leq 50,00 \text{ €}$ e $\geq 0,01 \text{ €}$	60,00%	Fórmula x 90%
	Nacional: Emissão (AEN)	50,00 €		20,00%	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Emissão (AEI)	50,00 €		20,00%	
	Regional: Inter-ilhas, Alteração (AAR)	50,00 €		60,00%	Fórmula x 5%
	Nacional: Alteração (AAN)	50,00 €		20,00%	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Alteração (AAI)	50,00 €		20,00%	
	Regional: Inter-ilhas, Cancelamento (ACR)	50,00 €		60,00%	
	Nacional: Cancelamento (ACN)	50,00 €		20,00%	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Cancelamento (ACI)	50,00 €		20,00%	
Ph=Taxa de Serviço Proposta para Alojamento - 35%	Regional: Emissão (HER)	50,00 €	O valor de taxa de serviço proposto deverá ser $\leq 50,00 \text{ €}$ e $\geq 0,01 \text{ €}$	50,00%	Fórmula x 90%
	Nacional: Emissão (HEN)	50,00 €		35,00%	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Emissão (HEI)	50,00 €		15,00%	
	Regional: Alteração (HAR)	50,00 €	O valor de taxa de serviço proposto deverá ser $\leq 50,00 \text{ €}$ e $\geq 0,01 \text{ €}$	50,00%	Fórmula x 5%
	Nacional: Alteração (HAN)	50,00 €		35,00%	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Alteração (HCR)	50,00 €		15,00%	
	Regional: Cancelamento (HCR)	50,00 €	O valor de taxa de serviço proposto deverá ser $\leq 50,00 \text{ €}$ e $\geq 0,01 \text{ €}$	50,00%	Fórmula x 5%
	Nacional: Cancelamento (HCN)	50,00 €		35,00%	
	Internacional: Europa e Intercontinental, Cancelamento (HCI)	50,00 €		15,00%	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

ANEXO IV

(a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA) e da alínea a) do n.º 1 da cláusula 24.ª do programa do procedimento)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do nº 1 do artigo 71.º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligéncia, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.